

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E IMPACTO DO PRONAF NA SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Albert Lennon L. MARTINS (1); Edvaldo Vieira Pacheco SANT'ANA (2); Joaquim José de CARVALHO (3); Raquel Pereira PIRES (4); Tarcísio da Silva VIEIRA (5)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas, AE 310 SUL, Av. LO 05, s/n, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP: 77.021-090, (63) 3233-1300, e-mail: lennon.albert@hotmail.com

(2) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas, e-mail: evps.ifto@hotmail.com

(3) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas, e-mail: jjdecarvalho@ifto.edu.br

(4) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas, e-mail: raquel_pires13@hotmail.com

(5) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Araguatins, Povoado Santa Teresa - KM 05 - Zona Rural - CEP 77950-000 - Araguatins-TO, (63) 3474-1179, e-mail: tarcisio@unb.edu.br

RESUMO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e aos assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, que podem variar entre 1% e 5% ao ano, e as menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. Este trabalho teve como objetivo a realização de um diagnóstico socioeconômico e uma análise da sustentabilidade gerada com os investimentos dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no assentamento São João II, na divisa entre os municípios de Palmas (TO) e de Porto Nacional (TO). Foram entrevistadas 64 famílias assentadas nos meses de novembro e dezembro de 2009 e de janeiro de 2010, por meio de um questionário estruturado, que permitiu uma avaliação da situação socioeconômica antes e depois do PRONAF. Por meio das entrevistas foram identificados os beneficiados do PRONAF de 2007. O baixo nível de escolaridade dos assentados não diverge do nível de escolaridade de outras áreas rurais do país. A renda está concentrada nas mãos de poucos, nem sempre é gerada na zona rural e depende de atividades da zona urbana.

Palavras-chave: agricultura familiar, PRONAF, sustentabilidade

INTRODUÇÃO

O desempenho da agricultura familiar é determinado por um conjunto de fatores decorrentes das políticas públicas, da conjuntura macroeconômica e das especificidades locais. Lidar com essa complexidade exige capacitações gerenciais ausentes na maioria das propriedades.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e aos assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, que podem variar entre 1% e 5% ao ano, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. Mas um dos pontos críticos do programa diz respeito à capacidade de pagamento de crédito por parte dos beneficiados, que não parece ter sido assegurada convenientemente pelas autoridades, que precisaram conceder contínuas renegociações e resseguros dos empréstimos que ficaram em atraso ou estavam ficando inadimplentes (ABRAMOVAY; VEIGA, 1998).

Nos estudos de diagnósticos, existem algumas metodologias para avaliação dos dados. Para Rocha (1997), um questionário socioeconômico tem como finalidade avaliar a situação social, tecnológica e socioeconômica do meio rural, bem como a deterioração das famílias de uma região, e elaborar recomendações.

O trabalho teve como objetivo a realização de um diagnóstico socioeconômico sobre a sustentabilidade gerada com os investimentos dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no assentamento São João II, na divisa entre os municípios de Palmas (TO) e de Porto Nacional (TO).

MATERIAL E MÉTODOS

O assentamento São João II está localizado na divisa entre os municípios de Palmas (TO) e de Porto Nacional (TO), apresenta uma área geográfica de 1.100 ha, em que predomina o solo da classe Latossolo Vermelho-Amarelo (LVA), com temperatura média anual de 26,0 °C, cuja variação oscila entre os valores de 24,0 °C (em julho) e 27,6 °C (em setembro), com umidade relativa do ar de 52,3%, com precipitação pluviométrica média anual de 1830,7 mm, com evapotranspiração média anual de 1525,0 mm, com velocidade do vento de 1,38 m/s (IBGE, 2009).

Foram entrevistadas 64 famílias assentadas, totalizando 224 trabalhadores rurais, nos meses de novembro e dezembro de 2009 e de janeiro de 2010. Foi aplicado um questionário com questões fechadas, com o intuito de avaliar a situação socioeconômica antes e depois do PRONAF, o histórico de vida, o local de origem, a educação, a condição de vida e a disponibilidade a colaborar com o projeto. Por meio das entrevistas foram identificados os beneficiados do PRONAF referentes ao ano de 2007 (Figura 1).



Figura 1 - Entrevista a uma família do assentamento São João II.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As 64 famílias estudadas totalizam 224 trabalhadores rurais, com uma média de 3,5 pessoas por família, inclusive adolescentes e crianças, uma vez que a política agrária se baseia na agricultura familiar, em que, fora do período escolar, os jovens ajudam os pais nos lotes. Do total dos entrevistados, os homens constituem 56,7% dos assentados (Figura 2).

Quanto à idade dos beneficiários (Figura 2) constatou-se que 36,1% dos assentados encontram-se entre 29 a 55 anos, uma faixa etária bastante favorável ao seu desempenho produtivo na agricultura. Os homens acima de 55 anos, mas com possibilidade de apoio de filhos maiores, representam 18,3% dos moradores.

Entre os entrevistados do assentamento há um enorme contingente de jovens abaixo de 29 anos (45,6% dos assentados), o que era de se esperar, visto que o assentamento de São João II é, em geral, formado por famílias nucleares completas que se encontram em um ciclo de vida entre jovem e adulto.

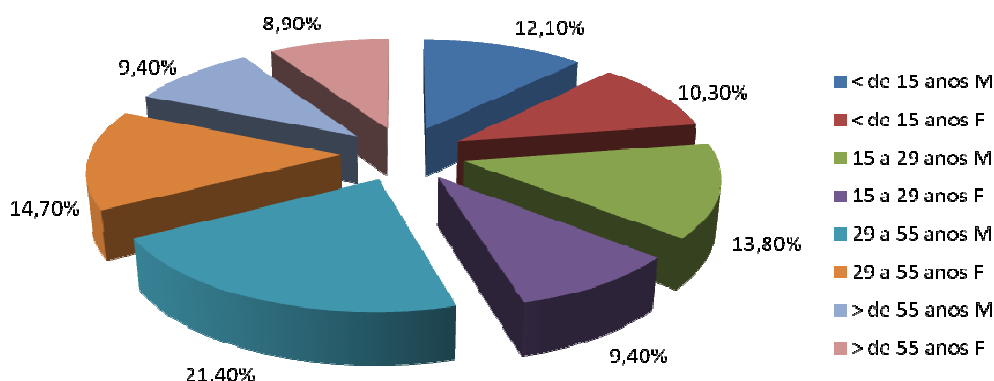


Figura 2. Faixa etária e sexo dos assentados do assentamento São João II.

Verifica-se que, entre os agricultores entrevistados (Figura 3), cerca de 48% são casados. Aproximadamente, 2,7% dos entrevistados são viúvos; 4,9% são separados; 44,2 % são solteiros (na verdade, vivem com suas parceiras, porém não possuem relacionamento oficializado).

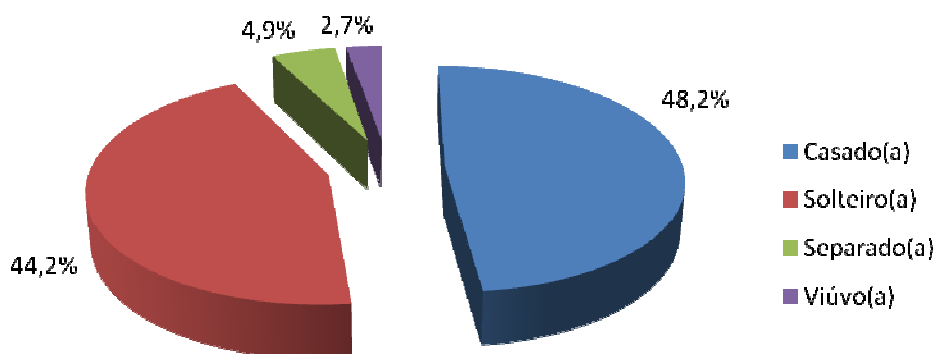


Figura 3. Estado civil dos agricultores do assentamento São João II.

Com relação ao tempo, consta que mais de 39,1% dos agricultores estão no assentamento há menos de dois anos; 40,6% dos agricultores estão no assentamento entre 2 e 10 anos; 20,3% dos agricultores estão no assentamento há mais de 10 anos (Figura 4). A partir desses valores de tempo, predominam, podemos observar que a maioria dos agricultores ingressaram recentemente no assentamento.

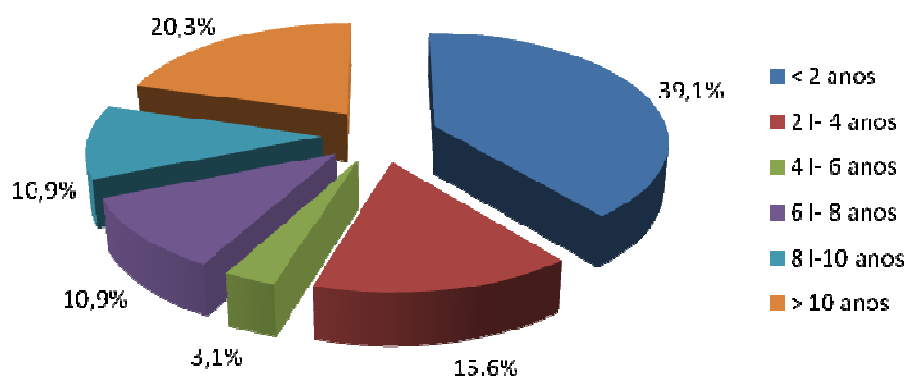


Figura 4. Tempo dos agricultores no assentamento São João II.

Quanto à escolaridade (Figura 5) observaram-se pessoas com ensino fundamental incompleto (28,6%) e o mesmo percentual em relação ao ensino fundamental completo (28,6%). As pessoas sem instrução representam o 49,1% dos assentados. Esse é um fator bastante desfavorável a ser considerado no trabalho de assistência técnica e constitui um problema a ser enfrentado pelos órgãos de educação dos governos municipais e estaduais.

Embora a população abaixo de 29 anos atinja 45,6% do total, é necessário reforçar a importância do trabalho junto aos jovens, visando ao desenvolvimento dos assentamentos, considerando o avanço das novas gerações nos níveis de escolaridade.

Em termos proporcionais, estudos indicam que a zona rural é um dos locais em que o índice de analfabetismo é bastante elevado no Brasil, atingindo cerca de 30% da população da zona rural (RAMOS; MOREIRA; SANTOS, 2004). Esta realidade não é diferente da comunidade do assentamento São João II, onde 20,5% dos entrevistados são analfabetos (Figura 5).

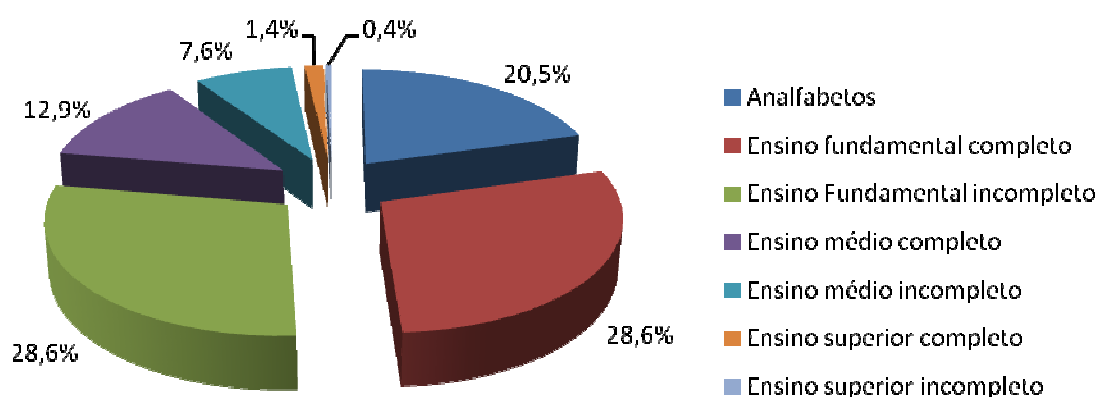


Figura 5. Níveis de escolaridades dos moradores do assentamento São João II.

Em sua esmagadora maioria (89,1%), os agricultores do assentamento São João II têm origem do estado do Tocantins (Figura 6), atendendo às necessidades sociais no contexto de desenvolvimento regional.

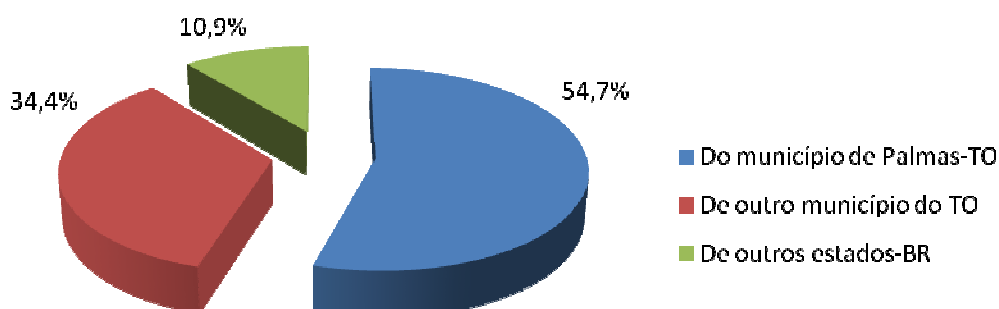


Figura 6. Origem dos agricultores do assentamento São João II.

Entre os assentados, 53,1% (caseiros/vaqueiros, arrendatários, parceiros, tratoristas e trabalhadores na produção do próprio consumo) têm origem na agricultura (Figura 7); 46,9% dos agricultores não vieram da agricultura.

Embora uma boa parte dos agricultores seja originária da agricultura, muitos viveram a experiência urbana. Observou-se, no geral, a predominância daqueles que atravessaram um processo de proletarização urbana e de marginalização social. Na nova condição de trabalhadores rurais que possuem terra, apresentam baixo nível de escolaridade e um tempo considerável fora do processo de gestão da unidade agrícola. Isso pode desqualificá-los para ocupações urbanas. Vieram “tentar a sorte” no campo, pois somente 50,0% (caseiros/vaqueiros, arrendatários, parceiros e trabalhadores na produção do próprio consumo) dos assentados passaram por experiências de maior autonomia.

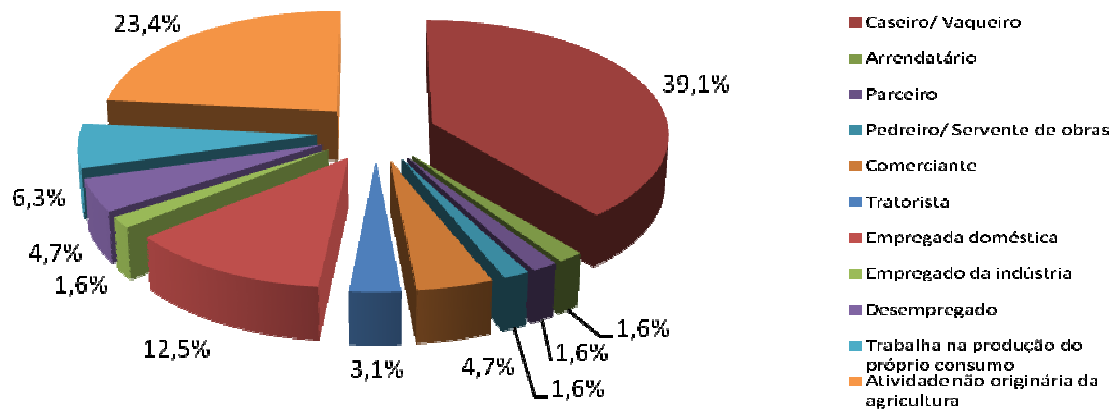


Figura 7. Experiência de trabalho anterior dos titulares de lotes do assentamento de São João II.

De acordo com Guanzirol et al. (2001), a cobertura do PRONAF custeio não ultrapassa 20% do universo de estabelecimentos familiares do país. Entre os agricultores do assentamento São João II que tiveram acesso ao recurso do PRONAF (Figura 8), cerca de 25% tiveram que avaliar antes o projeto que pretendiam desenvolver em sua propriedade. Normalmente a maioria dos entrevistados que adquiriram o financiamento escolheram a atividade sobre a qual mais tinham experiência, em sua maioria o gado de corte e o de leite. Os projetos geram para os produtores familiares uma renda utilizada para custeio da safra, investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura. Mas a grande maioria não terminou de quitar a quantia financiada e teve em média dois a três anos de carência.

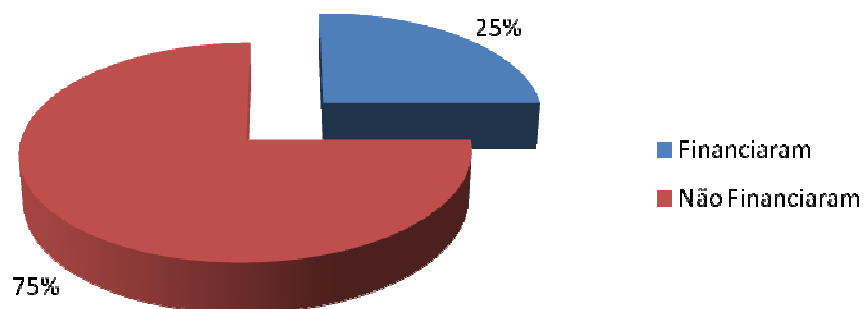


Figura 8. Percentual de entrevistados que adquiriram o financiamento do PRONAF.

Verificou-se que, no assentamento, existem famílias que sobrevivem com apenas R\$ 200,00 por mês e vivem com a produção de subsistência, como milho, arroz, feijão, mandioca, com mão de obra familiar. Algumas famílias têm em média seis filhos. A grande maioria dos assentados consome tudo aquilo que produz na propriedade. Outros vendem a metade para aumentarem sua renda e sustentarem suas famílias. 78% dos agricultores familiares apresentaram uma renda mensal abaixo de R\$ 1.800,00, e apenas 4% têm renda entre R\$ 5.400,00 e R\$ 8.000,00 (Figura 9). Constatou-se nesta faixa renda (R\$ 5.400,00 e R\$ 8.000,00) as famílias assentadas não apresentaram vínculo de dependência agrícola.

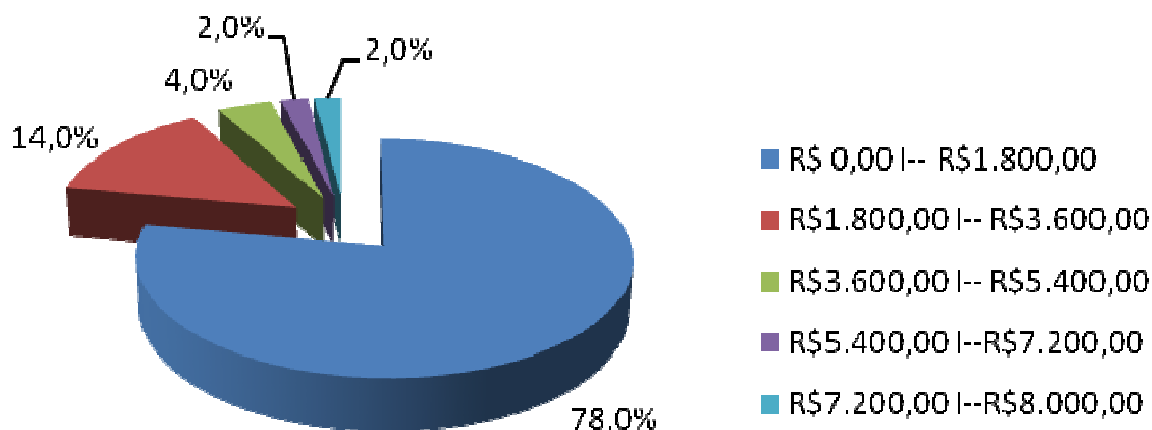


Figura 9. Renda (R\$) mensal dos agricultores do assentamento São João II.

CONCLUSÕES

O baixo nível de escolaridade dos 49,1% dos assentados estudados não diverge das outras áreas rurais do país.

A renda está concentrada nas mãos de poucos, apenas 4% têm renda entre R\$ 5.400,00 e R\$ 8.000,00, nem sempre é gerada na zona rural e depende de atividades da zona urbana.

AGRADECIMENTOS

Domenico Sturiale, professor do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas.

Rosaria Cristina Santos Sousa, aluna do Curso Técnico em Gestão do Agronegócio Integrado ao Ensino Médio Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: IPEA: 1998. 51p. (Texto para Discussão n. 641)

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; Di SABBATO, A.; BITTENCOURT, G.. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Dados do município de Porto Nacional – TO**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

RAMOS, M. N.; MOREIRA, T. M.; SANTOS, C. A. **Referências para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios. Brasília: MEC, GTPEC, 2004.

ROCHA, G. D. **Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar do assentamento Santa Helena II, município de Sapé – PB**. 2006. 63f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Agronomia), Areia, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba. 2001.